



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA DE AGRIMENSURA

Reunião Ordinária nº	348
Decisão CEEA nº	186/2018
Referência:	Processo nº F-786/2018
Interessado (a):	W R NASCIMENTO TOPOGRAFIA

EMENTA: **REQUER REGISTRO**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura, reunida na Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente, no dia 31 de agosto de 2018, apreciando o processo F-786/2018, que trata do registro da interessada *W R Nascimento Topografia – ME*, concedido pela Gerência Regional GRE-6, da UGI-São José dos Campos, “ad referendum” da Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura – CEEA, por seu Coordenador, **DECIDIU:** Conceder “VISTAS” do processo, nos termos do Art. 77 do Regimento do Crea-SP, ao Conselheiro Joao Luiz Braguini.

São Paulo, 05 de setembro de 2018.

Eng. Cartóg. João Fernando Custódio da Silva
CREA-SP nº 0601887426
Coordenador da C.E.E. Agrimensura



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA DE AGRIMENSURA

Reunião Ordinária nº	348
Decisão CEEA nº	187/2018
Referência:	Processo nº F-1718/2018
Interessado (a):	TOPO AGRIM TOPOGRAFIA LTDA - ME

EMENTA: **REQUER REGISTRO**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura, reunida na Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente, no dia 31 de agosto de 2018, apreciando o processo **F-1718/2018**, que trata do registro da empresa **TOPO AGRIM Topografia Ltda. - ME**, concedido pela Gerência Regional GRE-6 UGI São José dos Campos, "ad referendum" da Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura e considerando constar dos autos: - Cópia do ERA, no qual consta que o profissional indicado é sócio da empresa e cumprirá horário de segunda a sexta-feira, das 08h:00 às 18h:00 (fls.02); - Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral - CNPJ, tendo por atividades: **CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL - 71.19-7-01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia** (fls.07); - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART nº 28027230180141461, de *Desempenho de Cargo e Função Técnica* em nome do Engenheiro Agrimensor Eleizon Gomes da Silva (fls.08 a 09 e 11) - que o profissional indicado se encontra registrado no Crea-SP desde 19/09/2013 possuindo as atribuições do artigo 4º da Resolução nº 218/73, do Confea (fls.15); - que a Gerência da GRE-6/UGI São José dos Campos, em face da documentação apresentada, em 04/05/2018, registra a empresa e procede à anotação do RT indicado, "ad referendum da CEEA", e encaminha o processo à CEEA para referendo ou não do registro da anotação (fls.17-verso); - o constante do *Resumo de Empresa* em nome da interessada (fls.11); - o que dispõe a Resolução nº 336/89 do Confea em seus artigos: *Art. 13 - Só será concedido registro à pessoa jurídica na plenitude de seus objetivos sociais de sua ou dos objetivos de suas seções técnicas, se os profissionais do seu quadro técnico cobrirem todas as atividades a serem exercitadas. Parágrafo único - O registro será concedido com restrições das atividades não cobertas pelas atribuições dos profissionais, até que a pessoa jurídica altere seus objetivos ou contrate outros profissionais com atribuições capazes de suprir aqueles objetivos;* o que dispõe a Resolução nº 218/73 do Confea em seus artigos: *Art. 1º - Para efeito de fiscalização do exercício profissional correspondente às diferentes modalidades da Engenharia, Arquitetura e Agronomia em nível superior e em nível médio, ficam designadas as seguintes atividades: Atividade 01 - Supervisão, coordenação e orientação técnica; Atividade 02 - Estudo, planejamento, projeto e especificação; Atividade 03 - Estudo de viabilidade técnico-econômica; Atividade 04 - Assistência, assessoria e consultoria; Atividade 05 - Direção de obra e serviço técnico; Atividade 06 - Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico; Atividade 07 - Desempenho de cargo e função técnica; Atividade 08 - Ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; extensão; Atividade 09 - Elaboração de orçamento; Atividade 10 - Padronização, mensuração e controle de qualidade; Atividade 11 - Execução de obra e serviço técnico; Atividade 12 - Fiscalização de obra e serviço*



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

*técnico; Atividade 13 - Produção técnica e especializada; Atividade 14 - Condução de trabalho técnico; Atividade 15 - Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção; Atividade 16 - Execução de instalação, montagem e reparo; Atividade 17 - Operação e manutenção de equipamento e instalação; Atividade 18 - Execução de desenho técnico; (...) Art. 4º - Compete ao ENGENHEIRO AGRIMENSOR: I - o desempenho das atividades 01 a 12 e 14 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referente a levantamentos topográficos, batimétricos, geodésicos e aerofotogramétricos; locação de: a) loteamentos; b) sistemas de saneamento, irrigação e drenagem; c) traçados de cidades; d) estradas; seus serviços afins e correlatos. II - o desempenho das atividades 06 a 12 e 14 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referente a arruamentos, estradas e obras hidráulicas; seus serviços afins e correlatos; **DECIDIU:** Aprovar o parecer da Conselheira Relatora Jussara Teresinha Tagliari Nogueira, favoravelmente ao registro concedido à empresa, nos moldes constantes do processo. Coordenou a reunião o conselheiro João Fernando Custódio da Silva. Votaram favoravelmente os Conselheiros: Hamilton Fernando Schenkel, João Fernando Custódio da Silva, João Luiz Braguini, Jussara Teresinha Tagliari Nogueira e Marcos Aurélio de Araújo Gomes, não havendo votos contrários nem abstenções.*

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 05 de setembro de 2018.

Eng. Cartóg. João Fernando Custódio da Silva
CREA-SP nº 0601887426
Coordenador da C.E.E. Agrimensura



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA DE AGRIMENSURA

Reunião Ordinária nº	348
Decisão CEEA nº	188/2018
Referência:	Processo nº F-4054/2016
Interessado (a):	GEOFLORESTAS GEOTECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO, CONSULTORIA E SERVIÇO LTDA

EMENTA: REGISTRO NOVO - DEFINITIVO

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura, reunida na Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente, no dia 31 de agosto de 2018, apreciando o processo F-4054/2016 instaurado pela Unidade de Gestão da Inspeção de São José dos Campos, o qual trata de registro da empresa *Geoflorestas Geotecnologias da Informação, Consultoria e Serviço Ltda.*, registrada sob o nº 2073894 desde 22/11/2016, com restrição de atividades conforme instrução vigente, exclusivamente nas áreas da engenharia florestal e geografia (fls.19) e, considerando que a empresa interessada apresentou: - Declaração de Quadro Técnico (fls.04); - Contrato Social (fls.05 a 11); - Cartão de CNPJ (fls.12); - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de Cargo e Função nº 92221220161034973 emitido por Diego Garcia Paiva (fls.13); - ART de Cargo e Função nº 92221220161080688 emitido por Emerson Gaudereto Coutinho (fls.14); considerando que em consulta à Pesquisa Pública de Profissional no CREA-Net em 24/07/2018 a empresa encontra-se com registro ativo e responsabilidade técnica em nome do Geógrafo *Diego Garcia Paiva*; considerando que este profissional emitiu a ART nº 92221220161034973 que expressa o cargo/função de *Gerente Operacional* (fls.13); considerando que na Declaração de Quadro Técnico consta o Geógrafo e Técnico em Agropecuária *Alexandre Marques de Aguiar*, com registro ativo e sem responsabilidade técnica; considerando que este profissional é também um dos sócios da interessada, conforme contrato social (fls.05 e 07), exercendo a função de *Gestor de Projetos*, não constando dos autos a respectiva ART de Cargo/Função; considerando o entendimento do relator quanto ao profissional Geógrafo e Técnico em Agropecuária *Alexandre Marques de Aguiar* apresentar a ART de Cargo/Função para a função de *Gestor de Projetos* e sua inserção no SIC, em Quadro Técnico da interessada; considerando que a ART de Cargo e Função nº 92221220161080688 emitida pelo profissional *Emerson Gaudereto Coutinho* expressa o cargo/função de Engenheiro Florestal (fls.14); considerando que na informação de arquivo *Resumo Profissional* dos profissionais Geógrafo *Diego Garcia Paiva* e Engenheiro Florestal *Emerson Gaudereto Coutinho* indicam que apenas o segundo possui Responsabilidade Técnica Ativa para a interessada, e que na Pesquisa Pública de Profissional no sistema CREA-Net em 24/07/2018 consta que este profissional não possui responsabilidade técnica, mas com registro ativo; considerando que a UGI - São José dos Campos emitiu à interessada, a Anotação, sem Certidão, para os responsáveis técnicos Geógrafo *Diego Garcia Paiva* e Engenheiro Florestal *Emerson Gaudereto Coutinho* com restrição de atividades referente ao objeto social, *exclusivamente para as atividades nas áreas da Engenharia Florestal e Geografia*; considerando que o *Resumo de Empresa* (fls.19) indica os profissionais citados no parágrafo anterior como



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

*responsáveis técnicos da interessada. considerando constar descrito no **Resumo de Empresa** como **Objeto Social** da interessada: GEOPROCESSAMENTO E PROCESSAMENTO DE IMAGENS E COMÉRCIO DE IMAGENS, LICENCIAMENTO DE USO DE SOFTWARES NACIONAIS OU IMPORTADOS, LICENCIAMENTO DE USO DE BASE DE DADOS DIGITAIS, REVENDA DE COMPUTADORES E DE SUAS PARTES E COMPONENTES, DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS DE LOCALIZAÇÃO E DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA TOPOGRAFIA E MAPEAMENTO POR SENSORIAMENTO REMOTO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E DE TREINAMENTO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE ENGENHARIA CARTOGRÁFICA E CONSULTORIA COMPREENDENDO A UTILIZAÇÃO DE SENSORIAMENTO REMOTO, GEOTECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS, CRIAÇÃO DE SOFTWARE, CRIAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MAPAS DIGITAIS, BASES DE DADOS GEOGRÁFICOS E MODELOS TRIDIMENSIONAIS, DISPONIBILIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE SERVIÇOS EXECUTADOS EM MAPAS DIGITAIS E PROVEDOR DE SERVIÇOS DE APLICAÇÕES COMPUTACIONAIS VIA INTERNET. ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ANÁLISE DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS. ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ATIVIDADES DE ENGENHARIA FLORESTAL E RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA. SERVIÇOS DE TECNOLOGIA AGRÍCOLA. CONSULTORIA PARA GESTÃO DE EMPRESAS DO AGRONEGÓCIO. ASSESSORIA E CONSULTORIA EM PESQUISAS GEOLÓGICAS, BIOLÓGICAS E EM MEIO AMBIENTE. ASSESSORIA, CONSULTORIA E LEVANTAMENTOS GEODÉSICOS. ASSESSORIA, CONSULTORIA E LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS. ASSESSORIA, CONSULTORIA E LEVANTAMENTO EM PROTEÇÃO AMBIENTAL, INCLUINDO A PESQUISA NO CAMPO. ASSESSORIA, CONSULTORIA E INFORMAÇÕES PARA ATUALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM BANCO DE DADOS DE COMPUTADOR. SERVIÇOS DE CARTOGRAFIA. SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PROCESSAMENTO DE DADOS. SERVIÇOS DE ANÁLISE DE SOFTWARE COMO SERVIÇO (SAAS). CONSULTORIA EM SOFTWARE COMO SERVIÇO (SAAS). ASSESSORIA EM SOFTWARE COMO SERVIÇO (SAAS), CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI); DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA. TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO E SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET.; considerando que a partir do objeto social, apenas no âmbito da Geografia, observa-se a restrição de atuação em: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE ENGENHARIA CARTOGRÁFICA; CRIAÇÃO DE SOFTWARE; ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ATIVIDADES DE ENGENHARIA FLORESTAL; SERVIÇOS DE TECNOLOGIA AGRÍCOLA; CONSULTORIA PARA GESTÃO DE EMPRESAS DO AGRONEGÓCIO; ASSESSORIA E CONSULTORIA EM PESQUISAS BIOLÓGICAS; ASSESSORIA, CONSULTORIA E LEVANTAMENTOS GEODÉSICOS; ASSESSORIA, CONSULTORIA E LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS; CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI); DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA; PROVEDORES DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO E SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET; Considerando que caso a interessada queira exercer atividades descritas em seu objetivo social e estejam restritas para atuação, deverá observar o § único do art. 13 da Resolução CONFEA nº 336/1989, para a sua regularização; considerando o que dispõe o referido artigo 13: Art. 13 - *Só será concedido registro à pessoa jurídica na plenitude de seus objetivos sociais de sua ou dos objetivos de suas seções técnicas, se os profissionais do seu quadro técnico cobrirem todas as atividades a serem exercitadas. Parágrafo único - O registro será concedido com restrições das atividades não cobertas pelas atribuições dos profissionais, até que a pessoa jurídica altere seus objetivos ou contrate outros profissionais com atribuições capazes de suprir aqueles objetivos.*; considerando que o relator observa a necessidade do processo ser encaminhado à Câmara Especializada de Agronomia para manifestação frente ao conteúdo*



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

do objeto social da empresa e a responsabilidade técnica dos profissionais Engenheiro Florestal *Emerson Gaudereto Coutinho* e do Geógrafo e Técnico em Agropecuária *Alexandre Marques de Aguiar* (fls.04); **DECIDIU:** Aprovar o parecer do Conselheiro Relator Marcos Aurélio de Araújo Gomes, conforme segue: 1. Pela manutenção do registro da interessada com restrições em parte das atividades descritas em seu objeto social, considerada a análise apenas para o seu responsável técnico Geógrafo Diego Garcia Paiva, citadas a seguir: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE ENGENHARIA CARTOGRÁFICA; CRIAÇÃO DE SOFTWARE; ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ATIVIDADES DE ENGENHARIA FLORESTAL; SERVIÇOS DE TECNOLOGIA AGRÍCOLA; CONSULTORIA PARA GESTÃO DE EMPRESAS DO AGRONEGÓCIO; ASSESSORIA E CONSULTORIA EM PESQUISAS BIOLÓGICAS; ASSESSORIA, CONSULTORIA E LEVANTAMENTOS GEODÉSICOS; ASSESSORIA, CONSULTORIA E LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS; CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI); DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA; PROVEDORES DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO E SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET; 2. Pela notificação à interessada, para regularização do registro de seu *Quadro Técnico*, constando todos os profissionais do Sistema CONFEA/CREA que estiverem prestando serviços vinculados a ela, notadamente o profissional Geógrafo e Técnico em Agropecuária *Alexandre Marques de Aguiar*; 3. Juntada ao processo da ART de Cargo/Função do Geógrafo e Técnico em Agropecuária *Alexandre Marques de Aguiar*, em razão da função de *Gestor de Projetos* exercida na interessada; 4. Envio do processo à Câmara Especializada de Agronomia, para complementação e manifestação frente ao conteúdo do objeto social da empresa e as responsabilidades técnicas do profissional Engenheiro Florestal *Emerson Gaudereto Coutinho*, bem como as responsabilidades do nível de escolaridade médio-técnico do profissional Geógrafo e Técnico em Agropecuária *Alexandre Marques de Aguiar*, considerado no Quadro Técnico, o qual, após a análise complementar da Câmara Especializada de Agronomia poderá ter restrições de atividades diminuídas. Coordenou a reunião o conselheiro João Fernando Custódio da Silva. Votaram favoravelmente os Conselheiros: Hamilton Fernando Schenkel, João Fernando Custódio da Silva, João Luiz Braguini, Jussara Teresinha Tagliari Nogueira e Marcos Aurélio de Araújo Gomes, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 05 de setembro de 2018.

Eng. Cartóg. João Fernando Custódio da Silva
CREA-SP nº 0601887426
Coordenador da C.E.E. Agrimensura



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA DE AGRIMENSURA

Reunião Ordinária nº	348
Decisão CEEA nº	189/2018
Referência:	Processo nº PR-8506/2017
Interessado (a):	RAFAEL TOVAZI GODOY – ENGENHEIRO CIVIL

EMENTA: **ANOTAÇÃO EM CARTEIRA**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura, reunida na Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente no dia 31 de agosto de 2018, apreciando o processo PR-8506/2017, no qual interessado *Rafael Tovazi Godoy*, Engenheiro Civil, registrado no CREA-SP sob nº 5069723702 desde 03/03/2016, requer a anotação em registro do curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” Especialização em Georreferenciamento de Imóveis Rurais e Urbanos concluído na Faculdade de Tecnologia de Piracicaba – Fatep, realizado no período de 29/04/2014 a 01/04/2017, e, considerando que a Certidão emitida ao profissional contendo o reconhecimento de habilitação para a assunção de responsabilidade técnica dos serviços de determinação das coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais para efeito do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR, traduz-se em atribuição profissional reconhecida pelo órgão emitente; considerando que a Decisão Plenária nº 1347/2008 do Confea estabelece que para os casos em que os profissionais requerentes não forem Engenheiros Agrimensores, Engenheiros Cartógrafos, Engenheiros Geógrafos, Engenheiros de Geodésia e Topografia nem Tecnólogos/Técnicos da modalidade Agrimensura, os seus respectivos pleitos serão apreciados pela Câmara Especializada de Agrimensura, pela câmara especializada pertinente à modalidade do requerente e, por fim, pelo Plenário do Regional; **DECIDIU:** Aprovar o parecer do relator, Conselheiro João Fernando Custódio da Silva, favorável ao atendimento do requerido pelo interessado, mediante a anotação do curso de especialização e emissão da respectiva certidão. Coordenou a reunião o conselheiro João Fernando Custódio da Silva. Votaram favoravelmente os Conselheiros: Hamilton Fernando Schenkel, João Fernando Custódio da Silva, João Luiz Braguini, Jussara Teresinha Tagliari Nogueira e Marcos Aurélio de Araújo Gomes, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 05 de setembro de 2018.

Eng. Cartóg. João Fernando Custódio da Silva
CREA-SP nº 0601887426
Coordenador da C.E.E. Agrimensura



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA DE AGRIMENSURA

Reunião Ordinária nº	348
Decisão CEEA nº	190/2018
Referência:	Processo nº PR-8695/2017
Interessado (a):	HELENITO DE OLIVEIRA PEREIRA – TÉC. EM AGRIMENSURA

EMENTA: CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR (GEORREFERENCIAMENTO)

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura, reunida na Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente no dia 31 de agosto de 2018, apreciando o processo PR-8695/2017, em que o Técnico em Agrimensura Helenito de Oliveira Pereira, formado no ano de 1985, requer atribuições para exercer as atividades na área de *Geodésia e Cartografia*, mais precisamente em *Georreferenciamento de Imóveis Rurais* e, considerando que a solicitação, em *Georreferenciamento de Imóveis Rurais* fere o constante na Decisão PL nº 2087/2004 do Confea, a qual decidiu DECIDIU: *Revogar a Decisão PL-0633, DE 2003, a partir desta data. 2) Editar esta decisão com o seguinte teor: I. Os profissionais habilitados para assumir a responsabilidade técnica dos serviços de determinação das coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais para efeito do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR são aqueles que, por meio de cursos regulares de graduação ou técnico de nível médio, ou por meio de cursos de pós-graduação ou de qualificação/aperefeiçoamento profissional, comprovem que tenham cursado os seguintes conteúdos formativos: a) Topografia aplicada ao georreferenciamento; b) Cartografia; c) Sistemas de referência; d) Projeções cartográficas; e) Ajustamentos; f) Métodos e medidas de posicionamento geodésico; II. Os conteúdos formativos não precisam constituir disciplinas, podendo estar incorporadas nas ementas das disciplinas onde serão ministrados estes conhecimentos aplicados às diversas modalidades do Sistema; III. Compete às câmaras especializadas procederem à análise curricular.; IV Os profissionais que não tenham cursado os conteúdos formativos descritos no inciso I poderão assumir a responsabilidade técnica dos serviços de determinação das coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais para efeito do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais - CNIR, mediante solicitação à câmara especializada competente, comprovando sua experiência profissional específica na área, devidamente atestada por meio da Certidão de Acervo Técnico – CAT; V. O Confea e os Creas deverão adaptar o sistema de verificação de atribuição profissional, com rigorosa avaliação de currículos, cargas horárias e conteúdos formativos que habilitará cada profissional; VI. A atribuição será conferida desde que exista afinidade de habilitação com a modalidade de origem na graduação, estando de acordo com o art. 3º, parágrafo único, da Lei 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e serão as seguintes modalidades: Engenheiro Agrimensor (art. 4º da Resolução 218, de 1973); Engenheiro Agrônomo (art. 5º da Resolução 218, de 1973); Engenheiro Cartógrafo, Engenheiro de Geodésia e Topografia, Engenheiro Geógrafo (art. 6º da Resolução 218, de 1973); Engenheiro Civil, Engenheiro de Fortificação e Construção*



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

*(art. 7º da Resolução 218, de 1973); Engenheiro Florestal (art. 10 da Resolução 218, de 1973); Engenheiro Geólogo (art. 11 da Resolução 218, de 1973); Engenheiro de Minas (art. 14 da Resolução 218, de 1973); Engenheiro de Petróleo (art. 16 da Resolução 218, de 1973); Arquiteto e Urbanista (art. 21 da Resolução 218, de 1973); Engenheiro de Operação - nas especialidades Estradas e Civil (art. 22 da Resolução 218, de 1973); Engenheiro Agrícola (art. 1º da Resolução 256, de 27 de maio de 1978); Geólogo (art. 11 da Resolução 218, de 1973); Geógrafo (Lei 6.664, de 26 de junho de 1979); Técnico de Nível Superior ou Tecnólogo - da área específica (art. 23 da Resolução 218, de 1973); Técnico de Nível Médio em Agrimensura; Técnicos de Nível Médio em Topografia; e Outros Tecnólogos e Técnicos de Nível Médio das áreas acima explicitadas, devendo o profissional anotar estas atribuições junto ao Crea. VII. Os cursos formativos deverão possuir carga horária mínima de 360 horas contemplando as disciplinas citadas no inciso I desta decisão, ministradas em cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação; VIII. Ficam garantidos os efeitos da Decisão PL-633, de 2003, aos profissionais que tiverem concluído ou concluírem os cursos disciplinados pela referida decisão plenária e que, comprovadamente, já tenham sido iniciados em data anterior à presente decisão.; considerando que na análise do histórico escolar de 2º Grau (fls.09) pela relatora do processo, esta não vislumbrou nenhuma das disciplinas determinantes para a formação necessária para execução de trabalhos; **DECIDIU:** Aprovar o parecer da relatora, Conselheira Jussara Teresinha Tagliari Nogueira, contrariamente ao fornecimento da CERTIDÃO requerida, a qual também tomou por base, todos os entendimentos da Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura. Coordenou a reunião o conselheiro João Fernando Custódio da Silva. Votaram favoravelmente os Conselheiros: Hamilton Fernando Schenkel, João Fernando Custódio da Silva, João Luiz Braguini, Jussara Teresinha Tagliari Nogueira e Marcos Aurélio de Araújo Gomes, não havendo votos contrários nem abstenções.*

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 05 de setembro de 2018.

Eng. Cartóg. João Fernando Custódio da Silva
CREA-SP nº 0601887426
Coordenador da C.E.E. Agrimensura



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA DE AGRIMENSURA

Reunião Ordinária nº	348
Decisão CEEA nº	191/2018
Referência:	Processo nº PR-407/2017
Interessado (a):	EDUARDO BUENO DE CAMARGO – ENGENHEIRO AGRÔNOMO E TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA.

EMENTA: CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura - CEEA, reunida na Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente no dia 31 de agosto de 2018, apreciando o processo **PR-407/2017**, no qual o interessado *Eduardo Bueno de Camargo*, Técnico em Agropecuária e Engenheiro Agrônomo, registrado no CREA-SP sob nº 5062072246 desde 02/05/2007, requer a emissão de Certidão de Inteiro Teor para fins de assunção de responsabilidade técnica dos serviços de determinação das coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, para efeito do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR, em razão de conclusão do Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” Especialização em Georreferenciamento de Imóveis Rurais e Urbanos concluído na Faculdade de Tecnologia de Piracicaba – Fatep, realizado no período de 22/08/2014 a 26/09/2015 e, considerando que o processo inicialmente apreciado e relatado pelo Conselheiro João Luiz Braguini foi objeto de vistas ao Conselheiro Hamilton Fernando Schenkel, na reunião da Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura - CEEA de 24/11/2017; considerando que em reunião da CEEA de 10/12/2017 foi aprovado o parecer do Cons. Hamilton Fernando Schenkel, exarado em regime de *vistas* do processo, e emitida a Decisão CEEA nº 217/2017 (fls.27) quanto ao processo ser baixado em diligência, para consulta formal à UGI - Piracicaba quanto a regularidade do curso e turma em questão (haja vista o cadastramento do curso / turma em tela), bem como para esclarecimento quanto ao efetivo requerimento do interessado; considerando que o processo retornou à CEEA para prosseguimento (fls.32), com a confirmação da UGI-Botucatu quanto ao requerido pelo interessado - Certidão de Inteiro Teor para fins de assunção de responsabilidade técnica dos serviços de determinação das coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, para efeito do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR (fls.31), acompanhado de cópia da Decisão CEEA nº 61/2018, de 27/04/2018, processo C-892/2014 de *Exame de Atribuições* da Faculdade de Tecnologia de Piracicaba - FATEP (fls.29); considerando a apresentação da documentação pertinente por parte do profissional interessado, e o demais constante do processo, conforme segue descrito: - Requerimento protocolado em 10/05/2017 (fls.02 a 04); - Histórico Escolar do interessado relativamente ao curso em tela, emitido em 31/03/2017 pela instituição de ensino Fatep, constando o rol de disciplinas do curso, com respectivas cargas horárias, e carga horária total de 364 horas, compreendendo: - Métodos e Medidas de Posicionamento Geodésico (48h); - Topografia Aplicada ao Georreferenciamento (72h); - Ajustamentos (48h); -



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Metodologia do Trabalho Científico (16h); - Noções de Geoprocessamento (48h); - Legislação Aplicada ao Georreferenciamento (52h); - Cartografia (48h); Sistemas de Referência (32h), com respectivos Docentes e titulações; e Trabalho de Conclusão de Curso: Posicionamento GNSS por ponto preciso para fim de georreferenciamento de imóveis rurais (fls.06 a 09); - Certificado registrado, relativo ao curso em tela, emitido em 31/03/2017 (fls.10); - Comprovante do pagamento da taxa correspondente ao serviço requerido (fls.11); - Informações de arquivo Resumo de Profissional em nome do interessado / requerente, constando as atribuições profissionais de que o mesmo é portador, enquanto Engenheiro Agrônomo, do art. 5º da Resolução nº 218/73 do Confea (fls.12); - Informação e despacho de encaminhamento do processo à Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura, para análise (fls.15); - Informações de arquivo Atribuição de Curso – Outros Normativos com relação aos - concluintes do referido curso em 2015 - 2, contendo a informação *Em aprovação de Câmara* (fls.16); - Informação da Assistência Técnica do DAC2/SUPCOL (fls.17 a 20); - Parecer do relator, Cons. João Luiz Braguini (fls.21 a 25); - Parecer do Cons. Hamilton Fernando Schenkel, exarado em regime de vistas do processo (fls.26); - Decisão CEEA nº 217/2017 (fls.27); - Decisão CEEA nº 61/2018 (fls.29); - Encaminhamento do processo à CEEA para prosseguimento (fls.32); Considerando a juntada ao processo da Decisão CEEA nº 61/2018, na qual se verifica no item 1, o cadastramento do curso e turma em tela, correspondente ao período de 22/08/2014 a 26/09/2015 (fls.29); considerando que quando do requerimento do interessado em 10/05/2017, o curso/turma do interessado/requerente, não contava com a apreciação da CEEA em razão de pendências da instituição de ensino quanto à documentação pertinente para o cadastramento do curso (fls.30), situação esta somente regularizada após encaminhamento do processo C-892/2014 à CEEA, a qual, após apreciação, emitiu a Decisão CEEA nº 61/2018 (fls.29); considerando que o curso e turma encontram-se cadastrados pela CEEA e objeto da mencionada Decisão; considerando a solicitação formulada pelo profissional interessado quanto à emissão Certidão de Inteiro Teor para fins de assunção de responsabilidade técnica dos serviços de determinação das coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, para efeito do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR; considerando que a Certidão emitida a profissional, contendo o reconhecimento de habilitação para a assunção de responsabilidade técnica dos serviços de determinação das coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais para efeito do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR traduz-se em atribuição profissional reconhecida pelo órgão emissor; considerando que a Resolução nº 1073/2016 do Confea, a qual *Regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais aos profissionais registrados no Sistema Confea/Crea para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia*, dispõe em seu art. 7º, parágrafos 1º, 2º e 3º: Art. 7º A extensão da atribuição inicial de atividades, de competências e de campo de atuação profissional no âmbito das profissões fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea será concedida pelo Crea aos profissionais registrados adimplentes, mediante análise do projeto pedagógico de curso comprovadamente regular, junto ao sistema oficial de ensino brasileiro, nos níveis de formação profissional discriminados no art. 3º, cursados com aproveitamento, e por suplementação curricular comprovadamente regular, dependendo de decisão favorável das câmaras especializadas pertinentes à atribuição requerida. § 1º A concessão da extensão da atribuição inicial de atividades e de campo de atuação profissional no âmbito das profissões fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea será em conformidade com a análise efetuada pelas câmaras especializadas competentes do Crea da circunscrição na qual se encontra estabelecida a instituição de ensino ou a sede do campus avançado, conforme o caso. § 2º A extensão de atribuição é permitida entre



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

*modalidades do mesmo grupo profissional. § 3º A extensão de atribuição de um grupo profissional para o outro é permitida somente no caso dos cursos stricto sensu previstos no inciso VI do art. 3º, devidamente reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e registrados e cadastrados nos Creas; considerando que a Decisão Plenária nº 1347/2008 do Confea estabelece em seu item 1.a que a atividade de Georreferenciamento é uma atribuição profissional; considerando que o curso realizado pelo interessado/requerente, pertencente ao grupo profissional Agronomia, distinto do grupo profissional Engenharia, requer Certidão relativa a curso realizado na modalidade *Lato Sensu*, e não à modalidade *Stricto Sensu*, portanto, em situações em desacordo com o estabelecido nos parágrafos 2º e 3º do Art. 7º da Resolução Confea nº 1073/2016 antes mencionada; considerando que o artigo 25 da Resolução nº 218/73 do Confea dispõe que *nenhum profissional poderá desempenhar atividades além daquelas que lhe competem, pelas características de seu currículo escolar, consideradas em cada caso apenas as disciplinas que contribuem para a graduação profissional, salvo outras que lhe serão acrescidas em cursos de Pós Graduação na mesma modalidade*; considerando que a Decisão Plenária nº 1347/2008 do Confea estabelece que *para os casos em que os profissionais requerentes não forem Engenheiros Agrimensores, Engenheiros Cartógrafos, Engenheiros Geógrafos, Engenheiros de Geodésia e Topografia nem Tecnólogos/Técnicos da modalidade Agrimensura, os seus respectivos pleitos serão apreciados pela Câmara Especializada de Agrimensura, pela câmara especializada pertinente à modalidade do requerente e, por fim, pelo Plenário do Regional*; **DECIDIU:** Aprovar o parecer do relator, Conselheiro João Fernando Custódio da Silva, conforme segue: 1. Contrariamente à emissão de Certidão de Inteiro Teor requerida pelo Eng. Agrônomo Eduardo Bueno de Camargo; 2. Encaminhamento do processo à Câmara Especializada de Agronomia. Coordenou a reunião o conselheiro João Fernando Custódio da Silva. Votaram favoravelmente os Conselheiros: Hamilton Fernando Schenkel, João Fernando Custódio da Silva, João Luiz Braguini, Jussara Teresinha Tagliari Nogueira e Marcos Aurélio de Araújo Gomes, não havendo votos contrários nem abstenções.*

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 05 de setembro de 2018.

Eng. Cartóg. João Fernando Custódio da Silva
CREA-SP nº 0601887426
Coordenador da C.E.E. Agrimensura



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA DE AGRIMENSURA

Reunião Ordinária nº	348
Decisão CEEA nº	192/2018
Referência:	Processo nº PR-110/2018
Interessado (a):	NILSON ROBERTO SANTANA

EMENTA: **ANOTAÇÃO EM CARTEIRA**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura reunida na Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente, no dia 31 de agosto de 2018, apreciando o processo PR-110/2018, no qual o interessado *Nilson Roberto Santana* requer a anotação do curso de *Georreferenciamento de Imóveis Rurais* realizado, com respectiva expedição de certidão e, considerando que o certificado apresentado, cuja emitente *FOCO Educação Profissional*, não se encontra cadastrada no Crea-MG, tampouco o referido curso; considerando que nas disciplinas e conteúdo programático do curso, não se verificam as disciplinas discriminadas e tidas como necessárias para, entre outros elementos, a emissão de Certidão para a assunção da responsabilidade técnica dos serviços de determinação das coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais para efeito do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR, conforme dispõe a Decisão PL nº 2087/2004 do Confea; considerando o não atendimento a normativos outras e jurisprudência educacional; **DECIDIU:** Aprovar o parecer da Conselheira Relatora Jussara Teresinha Tagliari Nogueira, pelo não provimento ao requerido, comunicando-se o interessado e o CREA-MG. Coordenou a reunião o conselheiro João Fernando Custódio da Silva. Votaram favoravelmente os Conselheiros: Hamilton Fernando Schenkel, João Fernando Custódio da Silva, João Luiz Braguini, Jussara Teresinha Tagliari Nogueira e Marcos Aurélio de Araújo Gomes, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 12 de setembro de 2018.

Eng. Cartog. João Fernando Custódio da Silva
CREA-SP nº 0601887426
Coordenador da C.E.E. Agrimensura



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA DE AGRIMENSURA

Reunião Ordinária nº	348
Decisão CEEA nº	193/2018
Referência:	Processo nº PR-336/2016
Interessado (a):	LARISSA LOSCHI

EMENTA: REVISÃO DE TÍTULO PROFISSIONAL

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura reunida na Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente, no dia 31 de agosto de 2018, apreciando o processo PR-336/2016, no qual conforme requerimento protocolado em 28/07/2017 sob nº 107931 (fls.29 a 30) a profissional Larissa Loschi, registrada no Crea-SP sob nº 5069357275, desde 01/07/2014, como *Engenheira Agrimensora*, com atribuições do art. 4º da Resolução nº 218/73 do Confea, recorre da Decisão CEEA nº 06/2017 (fls.26 a 27), com os fins de revisão de seu título profissional, para o de *Engenheira Agrimensora e Engenheira Cartógrafa*, em razão da grade curricular do curso de Engenharia de Agrimensura e Cartográfica realizado na Universidade Federal de Viçosa e diploma apresentado, com título acadêmico conferido de *Engenheira Agrimensora e Cartógrafa* e, considerado que a interessada menciona no requerimento, que outros colegas da mesma graduação, grade curricular e instituição de ensino, obtiveram sucesso na solicitação da revisão do título, e menciona também quanto à incorreção detectada entre o parecer do relator e o constante da referida Decisão CEEA nº 06/2017, uma vez constar da mesma (...) pela manutenção do título profissional de Engenheira Cartógrafa conferido à interessada, (...); considerando o pleito formulado sob apreciação, a Coordenadoria da CEEA despachou em 03/01/2018 (fls.36) para que o Crea-MG fosse consultado quanto às atribuições concedidas à turma da interessada, obtendo como resposta, a efetuada pela Gerência Técnica da CEEA-MG, de que os egressos do curso de Engenharia de Agrimensura e Cartográfica da Universidade Federal de Viçosa recebem o título de *Engenheiro Agrimensor e Engenheiro Cartógrafo*, e atribuições dos artigos 4º e 6º da Resolução nº 218/73 – Confea (fls. 37 a 40), juntando para tanto, cópia da Decisão CAGR/MG/nº 224/2014, datada de 11/12/2014, tendo por referência Solicitação de cadastramento do curso de Engenharia de Agrimensura e Cartográfica da Universidade Federal de Viçosa – Campos Viçosa, processo nº 24559714, constando como decidido o cadastramento do curso, modalidade presencial, com o título de Engenheiro Agrimensor e Engenheiro Cartógrafo, e as atribuições constantes dos artigos 4º e 6º da Resolução nº 218/73 do CONFEA (fls.38); **DECIDIU:** Aprovar o parecer do Conselheiro Relator João Fernando Cutódio da Silva, favorável à reconsideração da Decisão CEEA nº 06/2017 não somente quanto ao pleito, que se resumiu à revisão do título profissional, como também com relação às atribuições profissionais da interessada *Larissa Loschi*, conferindo-se-lhe, em atenção ao pedido de reconsideração, os títulos de Engenheira Agrimensora (Código 161-02-00) e de Engenheira Cartógrafa (código 161-03-00) constantes da Tabela de Títulos Profissionais anexo à Resolução nº 473/2002 do Confea, e atribuições dos artigos 4º e 6º da Resolução nº 218/73 do Confea, tornando-se sem efeito a Decisão CEEA nº 006/2017. Coordenou a reunião o conselheiro João Fernando Custódio da Silva. Votaram favoravelmente os Conselheiros: Hamilton Fernando Schenkel, João



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Fernando Custódio da Silva, João Luiz Braguini, Jussara Teresinha Tagliari Nogueira e Marcos Aurélio de Araújo Gomes, não havendo votos contrários nem abstenções.

São Paulo, 12 de setembro de 2018.

Eng. Cartóg. João Fernando Custódio da Silva
CREA-SP nº 0601887426
Coordenador da C.E.E. Agrimensura